

Diálogo e Participação: Experiência na Construção do Conhecimento com Mulheres em Situação de Violência

Dialogue and Participation: Experience in the Construction of Knowledge
With Women in Situations of Violence

Diálogo y Participación: Experiencia en la Construcción del Conocimiento
con Mujeres en Situación de Violencia

Maria Fernanda Terra,^{ID} e Heitor Marinho da Silva Araújo^{ID}

Resumo

O artigo destaca a importância da escuta qualificada e da criação de um ambiente seguro durante entrevistas com mulheres em situação de violência, com base na experiência da entrevistada. O objetivo é refletir sobre como essas práticas garantem o respeito e a validação das vozes das participantes, promovendo um diálogo significativo entre pesquisadores e comunidades vulneráveis. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, caracterizada como um estudo de caso e fundamentada na epistemologia feminista negra, que prioriza a valorização das experiências pessoais e o compromisso ético com a dignidade das participantes. Os resultados indicam que um ambiente seguro facilita relatos mais abertos sobre a violência. Além disso, reforçam a necessidade de pesquisadores atuarem para além da academia, ouvindo e compreendendo essas histórias com respeito. O estudo enfatiza a urgência de ações concretas que valorizem as experiências das mulheres em situação de violência, promovendo um compromisso ético e socialmente responsável na produção do conhecimento e na defesa da dignidade e da justiça social.

Palavras-chave: entrevistas como assunto, pesquisa qualitativa, violência de gênero, conhecimento

Abstract

The article highlights the importance of qualified listening and creating a safe environment during interviews with women experiencing violence, based on the interviewee's experience. The goal is to reflect on how these practices ensure respect and validation of participants' voices, fostering meaningful dialogue between researchers and vulnerable communities. The research adopts a qualitative and exploratory approach, characterized as a case study and grounded in black feminist epistemology, which prioritizes the valuing personal experiences and maintaining an ethical commitment to the dignity of the participants. The results indicate that a safe environment facilitates more open accounts of violence. Additionally, they reinforce the need for researchers to go beyond academia, actively listening to and understanding these stories with respect. The study emphasizes the urgency of concrete actions that value the experiences of women facing violence, promoting an ethical and socially responsible commitment to knowledge production and the defense of dignity and social justice.

Keywords: interviews as topic, qualitative research, gender-based violence, knowledge

Resumen

El artículo destaca la importancia de la escucha cualificada y la creación de un ambiente seguro durante las entrevistas con mujeres en situaciones de violencia, basándose en la experiencia de la entrevistada. El objetivo es reflexionar sobre cómo estas prácticas garantizan el respeto y la validación de las voces de las participantes, fomentando un diálogo significativo entre investigadores y comunidades vulnerables. La investigación adopta un enfoque cualitativo y exploratorio, caracterizado como un estudio de caso y fundamentado en la epistemología feminista negra, que prioriza la valoración de las experiencias personales y el compromiso ético con la dignidad de las participantes. Los resultados muestran que un ambiente seguro facilita relatos más abiertos sobre la violencia. Además, refuerzan la necesidad de que los investigadores trasciendan el ámbito académico, escuchando y comprendiendo estas historias con respeto. Este estudio enfatiza la urgencia de acciones concretas que valoren las experiencias de las mujeres en situaciones de violencia, promoviendo un compromiso ético y socialmente responsable en la producción de conocimiento y en la defensa de la dignidad y la justicia social.

Palabras clave: entrevistas como tema, investigación cualitativa, violencia de género, conocimiento

Introdução

Historicamente, a academia, entendida como guardiã do saber científico e da legitimação de práticas baseadas em evidências, tem buscado populações vulnerabilizadas como fonte de dados para produções acadêmicas rigorosas e amplamente respeitadas. No entanto, essas pessoas, muitas vezes, são tratadas como objetos de pesquisa, recebendo pouco ou nenhum retorno sobre os materiais produzidos a partir de suas experiências. Organizada no tripé ensino, pesquisa e extensão, a universidade tem na extensão seu elo com a sociedade, que deve “demandar” as necessidades de pesquisa.

Ao pensarmos em como a universidade pode alcançar esses locais, destacamos a extensão universitária como caminho e um espaço de possibilidades para que o conhecimento científico se transforme em prática, construindo conjuntamente respostas às demandas resultantes de situações de sofrimento causadas pela exclusão social. A extensão, portanto, é a forma mais direta de a academia se aproximar da população que está fora dos muros da universidade, a qual dificilmente acessa o ensino superior devido ao pleno funcionamento de um Estado neoliberal (França & Macedo, 2022).

A maneira como a academia se conecta com a população que reivindica soluções e propostas de intervenção da universidade é ampla e diversificada (Santos, 2010). Ao considerarmos a instabilidade sociopolítica pela qual a sociedade brasileira passou durante a década de 2010, seguida pela crise sanitária causada pela covid-19, notamos que se torna evidente o papel da universidade pública na promoção de soluções inovadoras e inteligentes para a sociedade (Pacievitch & Eyng, 2024).

Com a institucionalização da extensão universitária, inclusive na pós-graduação brasileira, pesquisadores de diferentes áreas e níveis de formação têm a oportunidade de se aproximar da população, especialmente da classe trabalhadora e daqueles que, em

muitos casos, demoram para ingressar no ensino superior, ou mesmo não conseguem. Considerando o trabalho de Guzzo e Euzébios Filho (2005), entendemos que, ao produzir conhecimento em contextos nos quais o Estado está ausente e a vulnerabilidade social é prevalente, os pesquisadores precisam se envolver profundamente com o cotidiano desses grupos sociais, bem como com os agentes que compõem a amostra da pesquisa. Uma ciência comprometida com a emancipação e o empoderamento não pode ignorar a realidade material e simbólica dessas populações.

Quando falamos em sujeitos emancipados, nos referimos diretamente à lógica freiriana (Ribeiro, 2018), na qual o conhecimento, para ser libertador, deve empoderar o grupo que se beneficia da produção de saberes e significados enraizados em sua localidade. Essa perspectiva de emancipação e empoderamento foi atualizada por hooks (2017), ao introduzir a dimensão do afeto no ato de educar, com ênfase especial na experiência coletiva de mulheres e minorias sociais étnico-raciais.

A atenção que devemos dar ao lugar de escuta deve ser proporcional àquela que damos ao lugar de enunciação, pois é a partir de uma sensibilidade analítica interseccional que podemos vislumbrar um caminho de produção científica que contribua efetivamente para a promoção da justiça social. Atenta às proposições de teóricas do feminismo negro, a filósofa Piedade (2017) propôs o conceito de “dororidade”, uma irmandade compartilhada pela dor sofrida coletivamente por grupos de minorias sociais. Entendendo que muitas dessas pessoas em situação de vulnerabilidade social enfrentam duplas, triplas e até múltiplas formas de discriminação, este artigo utiliza conteúdo de entrevista analisada com base na epistemologia feminista negra (Batalha et al., 2022).

Akotirene (2020), ao entrevistar mulheres em privação de liberdade, identifica na dororidade delas um eixo comum: o intercruzamento da discriminação sexista e racista. Sensível a esses condicionantes, a autora estrutura seu produto acadêmico de modo que as questões de gênero e étnico-raciais sejam tratadas como complementares, sem que uma se sobreponha à outra, respeitando suas características próprias. Historicamente, mulheres negras têm sido as mais afetadas pela desigualdade social, tanto por serem mulheres quanto por serem negras, pretas ou pardas, o que intensifica os fatores que levam ao empobrecimento e à exposição às violências.

Ao darmos prioridade ao relato em primeira pessoa, destacamos o lugar dos participantes da pesquisa como protagonistas de suas próprias histórias e colaboradores na construção do saber científico. Para reafirmar a cientificidade desses dados, pretendemos preservar os pilares de objetividade e da replicabilidade que definem o método científico. No entanto, a análise de dados não é completamente neutra, pois envolve implicações subjetivas dos participantes, que tendem a responder a pesquisas sobre temas sensíveis de acordo com o que acreditam ser a expectativa do pesquisador. Danfá et al. (2017) discorrem sobre o papel do pesquisador em pesquisas que envolvem diretamente os participantes, como, por exemplo, em uma pesquisa sobre racismo conduzida por um pesquisador negro.

Sendo este um estudo localizado no Brasil com populações em vulnerabilidade social, é necessário destacar que o racismo estrutural (Almeida, 2019) é determinante em uma investigação que busca, de forma crítica, mostrar como a sociedade brasileira está organizada para excluir pessoas de minorias étnico-raciais, principalmente pessoas pretas. É fato que mulheres pretas e pardas têm mais chances de viver em condições precárias, e essa situação se agrava quando consideramos o colorismo, que faz com que mulheres pretas de pele retinta estejam ainda mais expostas à violência e à pobreza em comparação com mulheres pardas (Devulsky, 2021).

Diante dessa complexidade, apresentamos, a seguir, o método utilizado para conduzir a fala e a escuta durante a entrevista, assim como para a análise do conteúdo empírico produzido em pesquisas qualitativas, com base nas contribuições de Collins (2019) e nas entrevistas realizadas pelos autores deste artigo. Por fim, propõem-se estratégias para preparar agentes de pesquisa para a escuta qualificada de populações em vulnerabilidade social, orientada por um compromisso ético de garantir dignidade às participantes da pesquisa e sustentada pelo rigor metodológico da ciência. Este artigo se propõe a refletir sobre a prática da participação em pesquisas qualitativas à luz da epistemologia feminista negra, com o objetivo de identificar suas implicações e contribuições para a construção do conhecimento.

Método

Este artigo é uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, caracterizada como um estudo de caso. Ele mobiliza reflexões sobre o fenômeno complexo da violência de gênero e seus significados ao longo da vida. Embora frequentemente silenciado, esse tema emerge como uma questão que precisa ser discutida e compreendida, especialmente no que diz respeito aos comportamentos atuais das entrevistadas (Yin, 2013). O estudo é classificado como um caso instrumental, singular e original, pois contribui para a compreensão das preocupações dos pesquisadores em relação a temas complexos, como a violência sofrida por diferentes sujeitos e a vida em situação de vulnerabilidade na sociedade contemporânea.

A partir da narrativa rica e vívida da entrevistada, busca-se destacar a importância de refletir sobre o preparo e os cuidados necessários ao encontro com sujeitos de direitos durante as entrevistas, com especial ênfase nas pesquisas qualitativas (Alves-Mazzotti, 2006). Este relato baseia-se na experiência de pesquisadores no desenvolvimento de projetos e na formação de estudantes de graduação e pós-graduação para conduzir entrevistas e coletar dados de mulheres em situação de violência, tanto em pesquisas quanto em projetos de extensão.

A escolha pela entrevista utilizada foi motivada pela sua distinção das demais realizadas pelas pesquisadoras. A entrevistada produziu um relato que fazia sentido para ela, embora não necessariamente dialogasse com as questões do questionário da pesquisa. Essa entrevista foi inicialmente analisada por meio da Análise de Conteúdo; no entanto, ela provocou a pesquisadora devido à condição de “transgressão” no conteúdo apresentado (Minayo, 2008). Em busca de um novo embasamento teórico, a reflexão sobre essa transgressão foi aprofundada à luz da epistemologia feminista negra.

No presente artigo, a alteridade da participante se manifesta de forma genuína, abordando uma série de violências físicas, psicológicas, morais e materiais pelas quais ela passou ao longo de sua vida e escolheu relatar à entrevistadora. Foi considerando essa experiência que surgiu a necessidade de escrever sobre o preparo de pesquisadoras e pesquisadores diante do grande constructo da violência.

A proximidade com as participantes torna o diálogo mais fluido, à medida que as pesquisadoras, imersas nos serviços de saúde e nos campos de prática, se tornam conhecidas. Isso contribui para a redução de julgamentos prévios e barreiras, facilitando uma reflexão mais profunda durante as conversas. O estudo de caso inclui o depoimento de uma mulher parda, de 41 anos à época, com 12 anos de estudo e trabalhadora de nível médio em uma Unidade Básica de Saúde, que vivenciou violência, sendo nomeada como Nádia neste artigo. Na entrevista, Nádia conduziu a conversa conforme a sua necessidade de falar sobre a sua vida, recebendo esse espaço. Posteriormente, esse depoimento gerou reflexões que são apresentadas neste texto para ilustrar uma argumentação revisada e analisada à luz da epistemologia feminista negra e do conceito de gênero de Scott (1986), definido como uma categoria social que estrutura relações de poder entre os sujeitos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de uma instituição de ensino superior, sob o CAAE: 33730620.2.0000.5479.

Análise do Caso

A utilização da epistemologia feminista negra de Collins (2019) orientou a coleta e a análise dos dados com base em quatro pilares: 1. valorização da experiência vivida; 2. oralidade; 3. ética do cuidar, reconhecendo as diferenças entre sujeitos e comunidades; e 4. ética da responsabilidade pessoal, que garante rigor nas afirmações feitas pelos participantes, sem interpretações de conteúdos que não foram verbalizados por eles.

No processo de construção de conhecimento entre professora, pesquisadora e participantes, é necessário um cuidado especial com os estudantes e pesquisadores. Medos e vivências anteriores de violência podem influenciar o diálogo com as mulheres entrevistadas. O objetivo é garantir que essas experiências passadas não intensifiquem o sofrimento de ambos. É essencial dialogar sobre o tema, observar como cada estudante lida com a questão e avaliar se a aproximação com o problema ocorre por experiência pessoal ou por contato com familiares que viveram situações semelhantes.

Além disso, é fundamental cuidar dos efeitos emocionais do tema sobre estudantes e pesquisadores, evitando a banalização ou dificuldades ao lidar com questões sensíveis. Também é preciso estar atento ao risco de alteração dos dados, motivada pelo desejo de encerrar rapidamente as entrevistas, o que pode comprometer a precisão das informações coletadas.

A formação pode incluir estratégias lúdicas, promovendo reflexão sobre a complexidade do problema e das estruturas sociais. Dependendo da entrevistada, foi permitido que a estudante de graduação participasse de entrevistas conduzidas pela orientadora, aplicando os pilares da epistemologia feminista descrita por Collins

(2019). A autora enfatiza que os conhecimentos não devem ser utilizados de forma neutra pela ciência, mas devem retornar às mulheres participantes, sobretudo em relação à violência, que frequentemente gera medo e vergonha em muitas delas (Terra et al., 2015). A seguir, são apresentados os quatro pilares que guiaram a análise da entrevista.

Pilar 1: Valorização da Experiência Vivida

Neste pilar, a entrevistada tem autonomia para conduzir sua narrativa, pois se parte do princípio de que as experiências das mulheres devem ser consideradas instrumentos de análise que contribuem para desconstruir problemas frequentemente vistos como individuais (Arguello & Horst, 2020). Essa liberdade permitiu que a entrevistada compartilhasse não apenas os eventos de violência, mas também suas emoções e reflexões sobre essas experiências, proporcionando uma visão mais ampla e profunda de sua trajetória. Quando perguntada sobre a violência perpetrada por alguém próximo, a resposta foi a seguinte:

Eu sempre sofri violência, né? Desde quando eu perdi minha mãe, com 10 anos. Fui morar na casa de outras pessoas. Já sofri abuso do meu padrasto, porque na época eu sofri um acidente de carro junto com a minha mãe, que veio a falecer e eu fiquei debilitada na cama, aos 10 anos de idade e meu padrasto se aproveitava dessa minha fragilidade (Nádia).

Não, eu nunca falei isso pra ninguém. Eu nunca falei porque é uma coisa que eu tento sempre esquecer, sabe? Porque é uma coisa que machucou muito e até hoje, por isso que eu não gosto muito de falar (Nádia).

A narrativa de Nádia revela o desamparo de uma criança, à época, diante da ausência irreversível da mãe, somada à fragilidade física decorrente da dependência de outra pessoa para os cuidados. Essa relação de poder foi usada para violentá-la. Lorde & Borges (2019) destaca que a socialização das mulheres, especialmente das mulheres pretas, é baseada no respeito ao medo, que as imobiliza e silencia ao longo da vida como uma forma de autoproteção. Com base em Scott (1986), o gênero aparece como uma categoria estruturante das relações de poder, manifestando-se aqui na violência expressa como o poder do homem sobre a mulher, que não possui autonomia.

A condição de impotência causada pelo acidente sofrido é agravada pela impotência de gênero, perpetuada pelos valores patriarcais transmitidos entre gerações desde a infância, como se observa na vivência de Nádia (Freitas et al., 2021). Swann (1992) argumenta que as crianças aprendem as regras de gênero com base em suas experiências e na cultura, mas também podem reinterpretá-las e propor novos comportamentos. No caso de Nádia, sua atuação profissional a incentivou a desafiar essas desigualdades e combater a violência contra as mulheres. O silêncio que ela carrega é compartilhado por muitas outras mulheres, que, desde a infância, não conseguem expressar suas vivências ou encontrar interlocutores para suas questões (Arguello & Horst, 2020).

A dificuldade em falar sobre o problema pode decorrer da falta de oportunidade, da vergonha ou da violência simbólica impregnada nas categorias sociais dominadas (Bourdieu, 2019). Por isso, é fundamental que os encontros sejam conduzidos com base na escuta qualificada, assegurando acolhimento e diálogo. Essa abordagem permite que as participantes reflitam, desenvolvam autonomia e agenciem forças potencializadoras de superação de suas dores (Pupo et al., 2020). Ela é especialmente relevante ao considerarmos que muitas mulheres, sobretudo aquelas cujas vidas são intensamente moldadas por classe, raça e etnia, enfrentam desafios extremos para serem reconhecidas como sujeitos de direitos e para desenvolverem a capacidade de questionar e transformar suas realidades (Harding, 1988).

Pilar 2: Oralidade

A oralidade revela como as entrevistadas enxergam suas vidas e relações. Esse pilar não apenas enriquece o diálogo, mas também fortalece a conexão entre as participantes, criando um espaço seguro para a expressão de experiências silenciadas. Ao ser questionada sobre outras vivências de violência, Nádia respondeu:

Porque eu acho que, do mesmo jeito que eu tenho as minhas coisas guardadas comigo, muita gente também tem. Nem todo mundo pensa como eu, que é um problema meu e eu estou carregando, mas tem muita gente que pensa assim também. Acho que daria mais abertura. Por exemplo, eu não ia falar disso pra você, mas quando você mencionou “violência”, isso veio à tona, de quando eu era pequenininha. Então, lá no fundo, algo me disse: “Você tem que falar o que aconteceu com você”. E é uma coisa que mexe muito comigo, sabe? Quando falo disso, eu mesma fico pensando no porquê de ele ter feito isso comigo quando eu estava tão debilitada (Nádia).

A fala atua como meio de exteriorizar forças interiores, originadas de questões sociais vivas no presente, refletindo tanto rupturas quanto permanências. Assim, a oralidade tem o poder de unir e construir, mas também de destruir a identidade de uma sociedade. No contexto deste artigo, a memória traumática evocada remete a um passado em que a fala pode ser compreendida como uma forma de resistência à violência sofrida, um silêncio mantido por 35 anos numa tentativa de autoproteção que nunca se concretizou. Esse silêncio pode estar associado à falta de uma escuta sensível, somada ao medo de punição (Pereira, 2024). Nunes e Miranda (2021) apontam que, embora as mulheres tenham histórias para compartilhar, são frequentemente silenciadas e invisibilizadas. No entanto, algumas começaram a romper esses silêncios, especialmente mulheres negras, como narrado por hooks (2019):

Para nós, a fala verdadeira não é somente uma expressão de poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político que desafia políticas de dominação que nos conservam anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem — e, como tal, representa uma ameaça. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser necessariamente apagado, aniquilado e silenciado! (hooks, 2019, pp. 36–37).

hooks (2019, p. 39) também aponta que a fala se apresenta às mulheres como um desafio curativo, permitindo-lhes viver uma nova vida e experimentar crescimento. Para a autora, a fala é “uma expressão de objeto para sujeito”. Como disse Nádia, até aquele momento, ela não havia compartilhado sua vivência de infância com ninguém. A violência perpetrada pelo padrasto, uma figura socialmente considerada de confiança pela família, foi mantida em segredo, em parte porque não é incomum que as denúncias feitas por crianças sejam desacreditadas, o que é agravado pela ausência de afeto materno e pela frágil relação com outros familiares (Correia et al., 2019). O espaço criado para a fala permitiu, de certa forma, interferir na maneira como o passado foi vivido, além de possibilitar sua reinterpretação, considerando diferentes subjetividades da memória (Pereira, 2024).

Neste pilar da oralidade, é importante considerar, como menciona Pereira (2024), que a colonialidade opera através das intersecções de raça, gênero e classe para manter as relações de poder. Assim, mulheres pretas e pobres são relegadas à subserviência, aos maus-tratos, ao mundo do trabalho, às violências e à falta de afeto ainda na infância. Nesse contexto, Evaristo (2020) aponta:

... o momento em que esse corpo escravizado, cercado em suas vontades, em sua liberdade de calar, silenciar ou gritar, devia estar em estado de obediência para cumprir mais uma tarefa! (p. 30)

Pilar 3: Ética do Cuidar

A ética do cuidar requer sensibilidade e empatia. No caso da entrevistada Nádia, suas experiências moldaram seu comportamento atual, o que se revela em dificuldades em relações afetivas, especialmente com seus filhos. A postura ética do cuidar orienta a prática da escuta qualificada, respeitando as histórias e vivências das participantes. Ao buscar compreender como Nádia narrava sua experiência de infância durante a entrevista, foi possível captar o seguinte significado, conforme mencionado por ela:

Eu sempre tinha um pouco de bloqueio, pra me dar com as pessoas. O pessoal me perguntava por que eu era assim, não gostava de ficar junto e só separada, e eu dizia que não sabia, que era meu jeito. Às vezes a gente tava na escola e falava “Vamo todo mundo sentar ali pra gente fazer uma reunião” e eu não queria estar junto, eu queria sentar no meu canto, então acho que isso que aconteceu comigo teve muita influência sobre isso, até quando eu fui morar com a minha tia que os meninos estavam assistindo e eu pensei “Ai eu não vou ficar junto, eu quero ficar sozinha”, então isso influenciou muito assim na minha vida (Nádia).

A ética do cuidado se torna crucial para abordar as necessidades de grupos historicamente marginalizados, principalmente mulheres negras como Nádia, que enfrentam tanto a opressão de gênero quanto o racismo estrutural (Almeida, 2019; Collins, 2019). A solidão da mulher negra se manifesta em diversos níveis — pessoal, social e comunitário — e é alimentada por um sistema que não apenas ignora suas

vozes, mas também deslegitima suas experiências e necessidades. Estudos apontam que essa solidão é uma experiência comum entre mulheres negras, que frequentemente se sentem isoladas em suas lutas contra a discriminação racial e de gênero (Castilho et al., 2024). Isso reforça a necessidade de um cuidado que reconheça essa realidade, assim como atue para mitigá-la.

A prática do cuidado, portanto, deve estar entrelaçada com a conscientização sobre as injustiças sociais e as desigualdades que afetam a vida cotidiana. A dororidade sublinha a importância da criação de redes de apoio que reconheçam e valorizem a diversidade das experiências (Batalha Neves et al., 2022; Piedade, 2017). Essas redes, além de promover o cuidado, fortalecem a resistência contra as violências estruturais que essas mulheres enfrentam. A conexão entre mulheres é uma forma poderosa de contrabalançar a solidão e criar espaços de pertencimento e empoderamento.

Além disso, a ética do cuidado deve incluir uma crítica aos padrões normativos que perpetuam a desigualdade e a exclusão. A pesquisa de Freitas et al. (2021) evidencia como as percepções de gênero influenciam as experiências de meninas e adolescentes, apontando a necessidade de um cuidado que não apenas proteja, mas também empodere. Essa perspectiva é essencial para que o cuidado se torne uma prática emancipatória, conforme discutido por Harding (1988) e hooks (2019).

Nisso de ficar junto, eu sempre quero ficar na minha, parada, na escola, na casa da minha tia também. Hoje em dia não, com meus filhos, eu gosto muito deles, amo eles, mas não gosto de pegação, não sei se isso em algum momento me abalou por isso. A minha filha às vezes chegava pra me abraçar e eu falava pra ela sair, falava que me amava, mas eu não gosto, eu não sei, eu não sei se isso de alguma forma interferiu nesse meu lado. Eu não gosto, minha filha pedia abraço e eu pedia pra sair, falava pra parar de pegação. E minha vizinha já me falou “Nossa” por eu fazer isso, mas eu não sei, é uma coisa minha. Eu amo meus filhos, dou minha vida por eles, mas eu não gosto. Meu filho vem me abraçar e eu não quero, não sei se isso que aconteceu comigo na infância pode estar refletindo agora sobre os meus filhos, entendeu? (Nádia).

Mas isso dos meus filhos eu não tinha parado pra pensar, porque não é uma coisa pensada, é uma coisa que é de mim. Não é tipo “Ah, vou rejeitar a minha filha”, não, é uma coisa, eu não estou rejeitando. E eles falam “Ai, mãe, mas você é chata, hein, quero te abraçar e você não quer”... porque falar, você se abre um pouco mais, igual a mim que sou uma pessoa muito fechada e, assim, você tendo essa oportunidade, eu acho que agora eu tô me sentindo um pouco mais leve pelo que eu falei, eu acho que mudaria, primeiro você tem que mudar o seu pessoal, pra depois você ter um relacionamento no seu trabalho, com seus colegas, porque às vezes você trata alguém mal sem querer, e dizem que você é doida, mas a gente não sabe o que essa pessoa passou (Nádia).

Nesses dois últimos trechos, vemos Nádia falar sobre sua maternidade, que rompe com as expectativas de gênero associadas às mulheres, como a ideia de que elas nasceram para ser mães e que, devido a um instinto natural, devem ser carinhosas e afetuosa com suas crias (Gouvea & Castro, 2019). Nádia desafia esses estereótipos e, por isso, enfrenta rechaço de seus filhos, que buscam nela colo e carinho. Ao termos acesso à história dessa mulher, desvelamos uma série de violências que nos permite olhar para esse outro com mais sensibilidade, trazendo à tona dados de pesquisa cada vez mais ricos e apurados.

Em suma, a ética do cuidado deve ser entendida como um chamado à ação, exigindo que todos os atores sociais se comprometam a construir um ambiente que, além de reconhecer, atenda às necessidades daqueles que são frequentemente invisibilizados nas narrativas sociais. Essa abordagem, alinhada com as práticas de pesquisa que priorizam a voz e a experiência dos sujeitos, contribui para uma transformação social que valoriza a diversidade e promove a justiça. Ao contrabalançar a solidão da mulher negra com o cuidado coletivo, podemos avançar em direção a um futuro mais equitativo e solidário.

Pilar 4: Ética da Responsabilidade Pessoal

Este pilar envolve o compromisso de validar as experiências das mulheres, reconhecendo socialmente suas vivências e os sofrimentos decorrentes delas. Dessa forma, busca-se contribuir para a identificação e o enfrentamento dos danos emocionais, prevenindo a revitimização e garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas ao longo da vida (Casellato, 2015). Nádia reflete sobre as barreiras emocionais que construiu e como grupos de apoio poderiam ajudar outras mulheres a enfrentar questões semelhantes. Em seus momentos de reflexão, Nádia relatou:

E eu acho que se tivesse mais grupos assim seria bom, às vezes você não quer falar ali na frente de todo mundo, mas você quer falar em particular ... o intuito desse grupo seria bom, porque eu mesma tô me bloqueando, então deve ter muita pessoa se bloqueando também em relação a alguma coisa, mesmo que não seja violência. Alguma coisa (Nádia).

O que Nádia apresenta é fundamental para esse princípio, que exige que cada indivíduo assuma a responsabilidade por suas ações e pelo impacto que gera na sociedade. Em um contexto marcado por desigualdades sociais e raciais, essa ética se torna ainda mais crucial, especialmente no que diz respeito ao cuidado e à valorização das experiências das mulheres negras. A intersecção entre raça, gênero e classe social revela uma realidade de opressão que demanda uma resposta ética ativa.

Nesse sentido, é essencial que os pesquisadores adotem uma postura reflexiva e crítica, reconhecendo seu papel na construção do conhecimento e suas implicações nas vidas das participantes. Ao validar suas experiências e seus sentimentos, promove-se o reconhecimento de suas vivências e contribui-se para evitar sua revitimização. Essa responsabilidade não se limita à metodologia ou à ética formal da pesquisa, mas se

estende à forma como as vozes das mulheres negras são representadas e amplificadas nas narrativas sociais. Collins (2016) destaca a importância de ouvir e valorizar as experiências de grupos marginalizados, o que exige um compromisso com a justiça e a equidade.

O conceito de “escrevivência”, proposto por Conceição Evaristo (2020), também se relaciona diretamente com a ética da responsabilidade pessoal. A escrevivência, que enfatiza a escrita como uma forma de resistência e autoafirmação, convida os pesquisadores a reconhecerem a subjetividade das mulheres negras como um espaço legítimo de conhecimento. Essa abordagem não apenas desafia a hegemonia do conhecimento acadêmico, mas também promove uma ética que valoriza a diversidade de vozes e experiências.

Além disso, a solidão enfrentada pelas mulheres negras, conforme discutido por Castilho et al. (2024), evidencia a necessidade de um compromisso ético com a construção de redes de apoio e solidariedade. As interações sociais e os laços comunitários são essenciais para mitigar essa solidão, e a responsabilidade pessoal implica em criar e fortalecer essas conexões. Em um cenário em que as mulheres negras frequentemente são marginalizadas, a construção de espaços seguros para compartilhamento e acolhimento torna-se um imperativo ético.

bell hooks (2017) também enfatiza a importância da responsabilidade pessoal na educação, argumentando que a prática educativa deve ser uma forma de transformação social. Essa visão pode ser estendida ao contexto da pesquisa, no qual educar-se e educar os outros sobre as realidades das mulheres negras deve ser uma prioridade. O compromisso ético com a verdade e a justiça social é essencial para a emancipação dessas vozes silenciadas.

Portanto, a ética da responsabilidade pessoal exige um reconhecimento contínuo do impacto de nossas ações e decisões sobre os outros, especialmente sobre aqueles em situações de vulnerabilidade. Incorporar essa ética na pesquisa e na vida cotidiana não é apenas uma obrigação moral, mas um caminho necessário para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao nos tornarmos agentes de mudança, podemos transformar a dor em solidariedade e a opressão em emancipação.

Os pilares da epistemologia negra fornecem uma base sólida para compreender as experiências relatadas pelas mulheres, particularmente em relação à violência vivida. A valorização da experiência pessoal, o uso do diálogo e o compromisso ético com o cuidado e a responsabilidade orientam tanto a coleta quanto a análise dos dados. Dessa perspectiva, os resultados emergem não apenas como dados brutos, mas como narrativas potentes, as quais revelam as complexas realidades enfrentadas pelas participantes, trazendo à tona os efeitos da violência em suas vidas cotidianas, que serão apresentados nos quatro pilares.

Conclusões e Implicações

As considerações finais deste estudo ressaltam a importância da escuta qualificada e da criação de um ambiente seguro para mulheres que vivenciam violências. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que a construção de um espaço acolhedor e respeitoso não apenas facilita a expressão das experiências pessoais das participantes, mas também valida suas vozes e promove um diálogo significativo com os pesquisadores.

A abordagem qualitativa, fundamentada na epistemologia feminista negra, foi essencial para captar a complexidade da realidade enfrentada por Nádia. A narrativa emergente revelou os efeitos da violência em sua vida cotidiana, assim como a necessidade urgente de ações que visem à dignidade e ao empoderamento de sujeitos de direitos. A pesquisa reforça que a atuação dos pesquisadores deve ir além dos muros da academia, abrangendo um envolvimento direto com as comunidades vulneráveis.

Quanto às limitações deste estudo, destaca-se a abordagem qualitativa com uma amostra localizada, que, embora forneça uma análise profunda e contextualizada das experiências, não permite a generalização dos achados para outros contextos ou populações, conforme discutido por Yin (2013), que trata da natureza e dos limites dos estudos de caso. O desafio de equilibrar a obtenção de dados relevantes com a atenção à integridade emocional das participantes exigiu um cuidado metodológico constante, o que reflete a ética da responsabilidade pessoal (Almeida, 2019; Bispo, 2022), priorizando o bem-estar da entrevistada.

Este estudo alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente ao ODS 5, que visa à igualdade de gênero, e ao ODS 16, que promove a justiça e inclusão social. Além de ampliar a visibilidade das narrativas das mulheres, sublinha a necessidade de intervenções concretas que valorizem suas vivências, como discutido por Ribeiro (2018) e Collins (2016) sobre o poder transformador do conhecimento engajado. O compromisso com uma educação e práticas emancipatórias na extensão universitária, conforme pontuado por Guzzo e Euzébios Filho (2005), é essencial para fortalecer a voz e a dignidade de grupos historicamente marginalizados. Ao considerar o potencial de mudança e o impacto social de iniciativas como estas, a pesquisa reafirma a importância de um envolvimento ético e socialmente responsável, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva, alinhada aos ideais de justiça e igualdade defendidos nos ODS da ONU.

Por fim, enfatiza-se a responsabilidade ética dos pesquisadores em manter uma postura de respeito e cuidado, garantindo que os limites pessoais das participantes sejam sempre respeitados. Esse compromisso contribui não apenas para a produção de conhecimento mais justo e inclusivo, mas também para a promoção da justiça social, reafirmando a importância da voz e da experiência das mulheres em situação de vulnerabilidade. Assim, os resultados deste estudo não são somente dados, mas relatos potentes, que clamam por mudanças sociais significativas e urgentes.

Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido como parte do projeto *Desigualdades sociais no efeito das mudanças climáticas: ótica das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST* na cidade de São Paulo (SP) e financiado pela Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – FUSP.

Referências

- Akotirene, C. (2020). *Ó paí, prezada: racismo e sexismos institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas*. Jandaíra.
- Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural*. Jandaíra.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 36, 637–651. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000300007>
- Arguello, K. S. C., & Horst, J. de O. (2020). Chega de Silêncio. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), e58350. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n258350>
- Arruda, D. P., & Vidal, R. F. (2020). Lugar de escuta: uma proposta metodológica para a mediação de conflito. *Revista Ciências Jurídicas e Sociais*, 10(1), 35–46. <https://doi.org/10.33947/2238-4510-v10n1-4355>
- Batalha Neves, J., De Souza Gomes, A., & Rodrigo Vale Caetano, M. (2022). Mulheres negras: dororidade, interseccionalidade e vivências cotidianas. *Revista de Estudos Feministas e de Gênero*, 1(1), 11–24. <https://doi.org/10.15210/dg-revista.v1i1.1920>
- Bispo, J. P. (2022). Viés de deseabilidade social na pesquisa qualitativa em saúde. *Revista de Saúde Pública*, 56, 1–9. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056004164>
- Bourdieu, P. (2019). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.
- Carvalho, M. M. D., & Waltenberg, F. D. (2015). Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. *Economia Aplicada*, 19(2), 369–396. <https://doi.org/10.1590/1413-8050/ea124777>
- Casellato G. (2015). *O Resgate da empatia: suporte psicológico ao luto não reconhecido*. Grupo Editorial Summus.
- Castilho, M. D., Oliveira, J. C. de, Lima, B. de S., Alves, L., Rosa, A. da S., Gonçalves, G. C. de S., & Neves, V. R. (2024). A solidão da mulher negra. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 17(5), e6100. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.5-114>
- Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider within. *Sociedade e Estado*, 31(1), 99–127. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. Boitempo Editorial.

- Correia, C. M., Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Andrade, I. C. S. de, Romano, C. M. C., & Rodrigues, G. R. S. (2019). Child and adolescent violence: Oral story of women who attempted suicide. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72(6), 1450–1456. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0814>
- Danfá, L., Aléssio, R. L. dos S., Santos, M. de F. de S., & Morais, E. R. C. de. (2017). Preconceito e descontextualização normativa: Considerações metodológicas ilustradas pelas representações sobre AIDS na África e Africano. *Psychologica*, 60(2), 83–99. https://doi.org/10.14195/1647-8606_60-2_5
- Devulsky, A. (2021). *Colorismo*. Jandaíra.
- Evaristo, C. (2020) A Escrevivência e seus subtextos. In C. L. Duarte & I. R. Nunes (Org.), *Escrevivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Mina Comunicação e Arte.
- França, D., & Macedo, J. M. de. (2022). Desigualdade social e racial na política de ação afirmativa no ensino superior brasileiro: A questão indígena. *RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade*, 7(12), 1–14. <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rtps/article/view/641>
- Freitas, L. G. de, Santos, B. R. dos, Santos, L. da S., & Silva, E. V. da. (2021). Quando ser menina é ruim: percepções de gênero em crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 33, e225927. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33225927>
- Gouvea, M. P., & Castro, A. (2019). Ser mãe é tudo! Estereótipos relativos ao papel de mãe. *Anais da Jornada Acadêmica de Psicologia*, 1.
- Guzzo, R. S. L., & Euzébios Filho, A. (2005). Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: A urgência da educação emancipadora. *Escritos sobre Educação*, 4(2), 39–48.
- Harding, S. (Org.). (1988). *Feminism and Methodology: Social Science Issues* (Highlighting edição). Indiana University Press.
- hooks, b. (2017). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. WMF Martins Fontes.
- hooks, b. (2019). *Erguer a voz: Pensar Como Feminista, Pensar Como Negra*. Editora Elefante.
- Lorde, A., & Borges, S. (2019). *Irmã outsider: Ensaios e conferências*. Autêntica.
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Nunes, J. V. F., & Miranda, M. B. de. (2021). A resistência secular é feminina: Da pesquisa de escuta à dramaturgia da oralidade com as mulato. *Pitágoras 500*, 11(2), 64–77. <https://doi.org/10.20396/pita.v11i2.8667062>

Pacievitch, T., & Eyng, A. M. (2024). Direitos humanos na extensão universitária: ações com potencial de inovação social. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 18(53), 388–416. <https://doi.org/10.5281/zenodo.12032597>

Pereira, J. S. (2024). Mulheres negras, memória e subjetividades: “O que no corpo e na voz se repete é também episteme”. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, 15(1), 46–67. <https://doi.org/10.5935/2177-6644.20240004>

Piedade, V. (2017). *Dororidade*. Editora Nós.

Pupo, L. R., Rosa, T. E. C., Sala, A., Feffermann, M., Alves, M. C. G. P., & Morais, M. L. S. (2020). Saúde mental na Atenção Básica: identificação e organização do cuidado no estado de São Paulo. *Saúde em Debate*, 44(spe 3), 107–127. <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E311>

Rando, S., & Dias, J. P. (2019). *Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. Boitempo Editorial.

Ribeiro, A. D. S. (2018). Conscientização e emancipação em Paulo Freire. *Revista Sinergia*, 19(1), 16–20. <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/sinergia/article/view/304>

Santos, M. P. dos. (2010). Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. *Revista Conexão UEPG*, 6(1), 10–15. <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3731>

Scott, J. W. (1986). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053–1075. <https://doi.org/10.2307/1864376>

Swann, J. (1992). *Girls, Boys, and Language*. Blackwell Pub.

Terra, M. F., d’Oliveira, A. F. P. L., & Schraiber, L. B. (2015). Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. *Athenea Digital*, 15(3), 109–125. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1538>

Yin, R. K. (2013). *Case Study Research: Design and Methods* (5th ed.). Sage Publications, Inc.

 **Maria Fernanda Terra**

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil
MFTerra@usp.br

 **Heitor Marinho da Silva Araújo**

Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia, Brasil
HeitorMrnh@gmail.com

Editora Responsável: Márcia Gorette Lima da Silva

Revisado por: Laís Souza Toledo Pereira

Periódico financiado pela Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências — ABRAPEC



Manifestação de Atenção às Boas Práticas Científicas e Isenção de Interesse e de Responsabilidade

Os autores declaram ser responsáveis pelo zelo aos procedimentos éticos previstos em lei, não haver qualquer interesse concorrente ou pessoais que possam influenciar o trabalho relatado no texto e assumem a responsabilidade pelo conteúdo e originalidade integral ou parcial.

Copyright (c) 2025 Maria Fernanda Terra, Heitor Marinho da Silva Araújo



Este texto é licenciado pela [**Creative Commons BY 4.0 License**](#)

Você tem o direito de Compartilhar (copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato) e Adaptar (remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade mesmo comercialmente) sob os seguintes termos de licença:

Atribuição: você deve dar os devidos créditos, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Pode fazê-lo de qualquer maneira desde que fique claro que o licenciante não endossa você ou seu uso.

ShareAlike: se você remixar, transformar ou construir sobre o material, deve distribuir suas contribuições sob a mesma licença do original.
